

JORNAL DO SERVIDOR

DA
REDAÇÃO

Divulgação/Fenajufe



Texto modificaria carreiras do Poder Judiciário da União

Fenajufe rejeita avaliação por produtividade no Judiciário

O Conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) rejeitou proposta que seria apresentada no Fórum Permanente de Gestão da Carreira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que previa vincular a avaliação de desempenho dos servidores do Judiciário Federal a metas de produtividade. Segundo a entidade sindical, o modelo poderia impactar progressões funcionais e ampliar mecanismos de gestão baseados em resultados individuais. “A produtividade isolada não contempla todas as atividades desempenhadas pelos servidores, que envolvem análise técnica, cumprimento de prazos e demandas variáveis” - defende a entidade.

1.076 Analistas Técnicos do Executivo

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) nomeou 1.076 Analistas Técnicos do Poder Executivo aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) 2 para atuação em 40 órgãos federais. A portaria foi publicada na quarta-feira (20) no Diário Oficial da União. Os profissionais atuarão em diferentes áreas da administração pública federal, com posse prevista em até 30 dias após a nomeação

Divulgação/Redes Sociais



Câmara de Afonso Bezerra/RN só tem comissionados

Câmara sem servidores efetivos

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) determinou que a Câmara Municipal de Afonso Bezerra realize concurso público após constatar que o órgão não possui nenhum servidor efetivo, funcionando apenas com cargos comissionados e temporários. O Tribunal considerou a situação irregular e contrária ao artigo 37 da Constituição, que exige concurso como regra de ingresso no serviço público. A decisão aponta uso de comissionados para funções técnicas e administrativas. A Câmara deverá promover concurso e reestruturar seu quadro de pessoal.

Salário inicial de R\$ 26,6 mil no DF

Candidatos interessados no concurso da Polícia Civil do Distrito Federal têm até 25 de maio para se inscrever no certame para delegado. O edital prevê 50 vagas imediatas e 100 para cadastro reserva, com salário inicial de R\$ 26,6 mil. As inscrições devem ser feitas pelo site do Cebraspe, organizador da seleção. A taxa é de R\$ 320 e as provas estão previstas para junho.

Garantidor I

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode-PR) apresentou um projeto de lei que cria o Fundo Garantidor de Créditos Públicos (FGCP). A proposta prevê a proteção dos recursos dos estados, municípios e regimes próprios de previdência social em casos de insolvência de instituições financeiras.

Garantidor II

O fundo funcionaria como uma garantia para evitar perdas de recursos públicos aplicados em bancos. Segundo o projeto, a medida protege fundos previdenciários de servidores, reduzir impactos fiscais para estados e municípios e evitar prejuízos no pagamento de aposentadorias e outros benefícios públicos.

Colatina I

Vereadores, ex-vereadores, assessores e servidores ligados à Câmara de Colatina, Espírito Santo, foram condenados pela Justiça do Espírito Santo por participação em um esquema de uso irregular de diárias e viagens custeadas com dinheiro público. As irregularidades teriam ocorrido entre 2017 e 2019.

Colatina II

As condenações ultrapassam R\$ 605 mil e, na decisão assinada pelo juiz Menandro Taufner Gomes, foi apontado que 15 investigados transformaram o Legislativo em uma espécie de “agência de turismo” financiada pelos cofres públicos, utilizando eventos de “baixíssima densidade acadêmica” como justificativa para viagens turísticas.

Funai I

Servidores ativos e aposentados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) participaram de uma reunião com a Condsef para discutir a situação da carreira e as futuras reivindicações salariais da categoria. O encontro também fez um balanço das negociações realizadas com o governo desde 2021.

Funai II

Segundo representantes, todos os setores da Funai tiveram reajustes acima da inflação entre 2023 e 2026. Além disso, eles discutiram pautas como a equiparação de benefícios com os Três Poderes, mudanças na gratificação da carreira e propostas para aproximar os salários da Funai aos das agências reguladoras.



Ato cobra convocação de aprovados em concursos

Mobilização “Convoca Já” reúne sindicatos e candidatos aprovados

Por Andre Souza

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), em conjunto com entidades sindicais e representantes de aprovados em concursos públicos, realizou um ato nacional dentro da campanha “Convoca Já”, em Brasília, com foco na convocação de candidatos aprovados em cadastro de reserva e no esgotamento das listas de espera de concursos federais.

A mobilização ocorreu em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e reuniu representantes de comissões de aprovados, sindicatos e parlamentares. O movimento tem como principal pauta a ampliação das nomeações em diferentes órgãos da administração pública federal, com base nas vacâncias existentes e nos concursos em vigor. Os participantes defenderam a utilização integral dos cadastros de reserva dos concursos públicos, incluindo o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), além de certames específicos de órgãos federais.

Após a manifestação, representantes do movimento foram recebidos por integrantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Na reunião, foram apresentados dados sobre nomeações em andamento, limitações orçamentárias e etapas dos concursos públicos em andamento. Também foram abordados os processos de provimento previstos em lei orça-

mentária e os impactos de revisões periódicas nas despesas de pessoal.

O governo informou que trabalha com autorizações de provimento dentro das regras fiscais e com remanejamentos orçamentários para permitir nomeações adicionais em áreas específicas. Entre os setores citados estão órgãos ambientais, de fiscalização, saúde e carreiras transversais do Executivo federal.

Também foram discutidos temas relacionados ao andamento do CPNU, incluindo cursos de formação, etapas de posse e cronogramas de novas convocações. Segundo as informações apresentadas, parte das nomeações depende da conclusão de fases anteriores dos concursos e da consolidação de dados sobre desistências e vagas remanescentes.

Sobre o movimento

O movimento “Convoca Já” reúne mais de 40 comissões de aprovados e busca manter articulação com parlamentares e órgãos do Executivo. O objetivo é garantir reuniões constantes com o Ministério da Gestão, acompanhamento de projetos de lei relacionados ao orçamento e continuidade da mobilização de candidatos em cadastro de reserva.

As entidades afirmam que novas atividades devem ser realizadas para acompanhar o andamento das nomeações e a situação dos concursos públicos federais em andamento.